
EDUCAÇÃO
CONTINUADA
NIUE/UFRGS
Ler e Escrever
Compromisso no Ensino Médio
Organizadores
Nilton Mullet Pereira
Neiva Otero Schäffer
Samuel Edmundo Lopez Bello
Clarice Salete Traversini
Maria Cecília de A. Torres
Sonia Szewczyk
UFRGS
EDITORA

Ler e Escrever

Compromisso no Ensino Médio

Organizadores
Nilton Mullet Pereira
Neiva Otero Schäffer
Samuel Edmundo Lopez Bello
Clarice Salete Traversini
Maria Cecília de A. Torres
Sonia Szewczyk

UFRGS
EDITORA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE & ESCOLA

© dos autores
1ª edição: 2008

Direitos autorais reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Zuleica Oprach de Souza
Editoração Eletrônica: Rafael Marczal de Lima

Equipe de apoio à obra:
Celso Alegransi – História/UFRGS
Paula Oliveira Baladão – Matemática/UFRGS
Marcello Paniz Giacomoni – História/UFRGS

L533 Ler e escrever: compromisso no Ensino Médio / organizado por Nilton Mullet Pereira, Neiva Otero Schäffer, Samuel Edmundo Lopez Bello, Clarice Salete Traversini, Maria Cecília de A. Torres e Sonia Szewczyk. – Porto Alegre: Editora da UFRGS e NIUE/UFRGS, 2008.

(Série Educação Continuada)

Prefácio de Fernando Seffner, Coordenador do Núcleo de Integração Universidade & Escola (NIUE/UFRGS).

Inclui figuras, ilustrações, quadros e tabelas.

Inclui referências e notas.

1. Ensino – Aprendizagem. 2. Professor – Formação continuada. 3. Interdisciplinaridade. 4. Ensino médio. 5. Leitura – Ensino. 6. Escrita – Ensino. 7. Didática - Ensino. 8. Ensino – Método – Processo. I. Pereira, Nilton Mullet. II. Schäffer, Neiva Otero. III. Bello, Samuel Edmundo Lopez. IV.Traversini, Clarice Salete. V. Torres, Maria Cecília de A. VI. Szewczyk, Sonia.VII. Série.

CDU 028:372.41/.45

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Ana Lucia Wagner – Bibliotecária responsável CRB10/1396)

ISBN 978-85-7025-977-6

História, leitura e escrita no Ensino Médio

NILTON MULLET PEREIRA
FERNANDO SEFFNER

Apresentação

Em sintonia com o objetivo do livro, o propósito do presente texto é discutir as diversas questões que estão envolvidas na construção de atividades de leitura e escrita nas aulas da disciplina de História no Ensino Médio.

Para dar conta do tema, o texto foi dividido em três partes. Na primeira, buscamos indicar pistas para algumas questões de escopo bastante amplo, acerca da escola pública brasileira e dos objetivos da disciplina de História no Ensino Médio. Na segunda parte, definimos a posição acerca da concepção de leitura e escrita que temos, em sintonia parcial com um texto já publicado anteriormente (SEFFNER, 1998). Na terceira parte, focamos então as questões de leitura e escrita na História no Ensino Médio, contemplando um debate conceitual e também a sugestão comentada de atividades.

A escola pública brasileira de Ensino Médio e o ensino de História: algumas posições

Quais os traços fundamentais da escola pública brasileira nos dias de hoje? Quais os grandes desafios das políticas educacionais nesse momento histórico? Quais as principais características da escola de Ensino Médio no país na atual conjuntura? Quais os objetivos fundamentais do ensino de História no nível médio? Embora sem condições de levar às últimas conseqüências uma análise acerca destas questões necessitamos definir algumas posições. A escola pública brasileira atravessa hoje um

momento bastante complexo, e qualquer tentativa de discorrer sobre sua situação, em poucas palavras, irá deixar de fora muitos elementos importantes. Mesmo assim, nos arriscamos a pintar um quadro da conjuntura atual da escola pública brasileira, selecionando aqueles elementos que nos parecem centrais, e que desejamos articular com a disciplina de História e com as tarefas de leitura e escrita.

Na parte introdutória deste livro está explicitado um conjunto de características e objetivos próprios do Ensino Médio. Pensando a disciplina de História, queremos discutir algumas características particulares. A primeira delas refere-se ao aluno do Ensino Médio, visto como um adolescente que já pode exercitar com vigor uma construção crítica acerca do mundo que lhe rodeia. Com isso estamos querendo dizer que é desejável que alunas e alunos do Ensino Médio sejam capazes, entre outras competências, de identificar as principais correntes políticas que atuam no mundo contemporâneo, sejam capazes de perceber as principais lutas e questões que afetam o planeta, tenham um olhar crítico e, ao mesmo tempo, engajado em relação à vida política nacional, tanto no que se refere aos partidos políticos e às instituições do Estado, quanto naquilo que se refere aos movimentos sociais. É necessário identificar que temos uma luta pela inclusão social de grande importância no Brasil hoje, e a escola desempenha um papel central nessa luta.

O que se espera da disciplina de História no Ensino Médio? Essa pergunta está sujeita a muitas respostas. O caminho que escolhemos para responder diz respeito a pensar algumas das características do que é a História, e então quais seus objetivos de ensino no ambiente do Ensino Médio. A escola de Ensino Médio precisa ter atenção aos diversos movimentos sociais que hoje atuam na sociedade brasileira. Os alunos precisam ser apresentados a estes movimentos, e a disciplina de História pode colaborar muito nisso. A sociedade precisa ser entendida como atravessada pela mobilização de numerosos setores sociais, buscando espaço e legitimidade para suas reivindicações, e nisto se incluem o movimento feminista, o movimento negro, as reivindicações dos povos indígenas, das minorias sexuais, dos sem terra, dos sem teto, dos diferentes Estados da federação na luta por suas reivindicações junto à União, a ampla gama dos movimentos sindicais (tanto de empregados quanto de empregadores), os movimentos de pequenos agricultores, os movimentos de atingidos pelas barragens, os movimentos sociais das pessoas que vivem com aids, e a lista é interminável. Mas também devem ser discutidos com os alunos os movimentos de outros atores políticos, aqueles dotados de

grande capacidade financeira, como os banqueiros, os industriais, as federações da indústria e do comércio, os donos de grandes latifúndios, os representantes de grandes grupos multinacionais, como os laboratórios farmacêuticos, os donos de empreiteiras de construção civil, e muitos outros atores sociais desse mesmo porte. Estes atores sociais em geral não promovem passeatas nem invadem áreas de terra, mas têm outros modos de lutar em favor de benefícios para seus empreendimentos.

Vista, a sociedade, sob esta ótica, três conseqüências são importantes para nossos propósitos com esse texto:

1) perceber a sociedade contemporânea como local de diversidade cultural, religiosa, étnica, econômica, diversidade de geração, de classe social, de gênero e de orientação sexual, de nação e região, numa lista interminável de diferenças entre indivíduos, grupos, povos, países e regiões. Perceber que essas diferenças não são menores ou sem importância, mas envolvem relações de poder e de luta por espaço político e reconhecimento.

2) perceber que essa diversidade é uma riqueza, e não um problema. Embora reconheçamos que conviver no meio dessa diversidade exige um considerável esforço de relacionamento de todos nós, a diversidade cultural é a riqueza de um povo, de um país, e é por conta dela que os indivíduos podem crescer intelectualmente, confrontando seus pontos de vista particulares com aqueles de outros indivíduos. Como já foi muitas vezes dito, toda homogeneidade de opiniões é burra, e os regimes políticos ditatoriais e violentos são sempre aqueles que buscam acabar com a diversidade, às vezes com a eliminação física de indivíduos diferentes, outras vezes com a expulsão, a prisão, o confinamento dos diferentes. Podemos nomear de muitas formas essa diversidade: multiculturalismo, diversidade étnica e racial, pluriculturalismo, mestiçagem, de simples diversidade, o que precisamos entender é que ela é uma riqueza de toda sociedade, embora passemos a maior parte do tempo lutando para conviver com aqueles que são diferentes de nós. Temos que reconhecer que, pela nossa educação e tradição cultural, a primeira coisa que pensamos é em eliminar o diferente (expulsar do condomínio o vizinho que fala alto; retirar da sala a aluna que gosta de namorar; pedir a remoção dos professores colegas que são de um outro partido político; etc.). Temos que fazer um esforço,

pessoal e coletivo, para entender que a diversidade é uma riqueza, e que a negociação das diferenças é uma das maiores características da vida em sociedade.

3) perceber que o regime democrático, caracterizado pelo direito e respeito à liberdade de consciência, pelo estado laico, pela negociação das diferenças num clima de liberdade e argumentação racional, pelas instituições onde os governantes são eleitos diretamente pelo voto popular, pela existência de um sistema judiciário forte e atuante, pela proteção das minorias e por outras características que aperfeiçoam o sistema, é o regime político mais adequado para se viver em sociedade. A luta contra o preconceito, contra a discriminação e a violência devem ser feitas na busca pelo aperfeiçoamento do regime democrático, e não pela diminuição da densidade democrática das sociedades.

Dessas três grandes considerações, tiramos propósitos importantes para as atividades de leitura e escrita na sala de aula de História do Ensino Médio. O Ensino Médio precisa ser percebido pelo aluno e pelos professores, em seu papel estratégico na luta pela inclusão. Nesta negociação de diferenças a que nos referimos acima, o capital social representado pela escolaridade de cada um é importante na luta pela inclusão e pelo acesso a oportunidades.

É também no Ensino Médio que o aluno pode adquirir uma compreensão do funcionamento da sociedade, e perceber a importância da democracia e do respeito às minorias, dos processos de discussão e argumentação racional, tendo em vista a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades para todos. É na escola de Ensino Médio que o aluno pode aprender a questionar o racismo, a discriminação, a violência contra os diferentes e as muitas outras modalidades de exclusão social. E a leitura e a escrita tem que ser compreendidas como um instrumento para isso. Ler e discutir as posições dos diferentes grupos sociais, tanto na contemporaneidade quanto em outros períodos da História da humanidade. Escrever opiniões argumentadas acerca dos pontos de vista de outros grupos sociais, e discutir com colegas que defendem idéias diferentes. Redigir propostas de como se pode chegar a acordos razoáveis entre grupos sociais com posições diferentes. Escrever seus próprios pontos de vista acerca de determinadas situações, explicitando os argumentos utilizados. Sem esquecer que:

> A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. [...] Da mesma maneira, como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento. (Henriques, 2007, p. 9)

O período de vivência escolar é fundamental para não apenas adquirir as capacidades de leitura e escrita, mas para promover sua efetiva integração no estilo de vida de cada aluno, como ferramentas para uma vida melhor. E a sala de aula de História é um local privilegiado para o aperfeiçoamento dessas capacidades, em conexão com a compreensão das principais questões do mundo contemporâneo.

Conexões entre leitura, escrita e produção de conhecimento histórico

O passado é o objeto sobre o qual a História se debruça, se pondo a produzir discursos, a elaborar leituras (Jenkins, 2004). Nesse sentido, a História é um discurso que se vale de uma determinada gama de conceitos que a singularizam em relação a outras formas de ler e de escrever. Ao singularizar a História, estamos, em primeiro lugar, pretendendo afirmar que ela é produto do ofício dos historiadores, um conjunto de profissionais que se dedicam a construir narrativas sobre o tempo que passou. Como narrativa, a História não pretende reviver os eventos que narra, reconhece sim suas limitações, já que ela seleciona, simplifica e constrói representações no interior das fronteiras das lutas sociais e políticas do presente. Em segundo lugar, singularizar a História significa afirmar que há diferentes formas de ler e de escrever o passado, dentre eles, a Literatura, as mini-séries televisivas, o cinema, as novelas. Entretanto, nosso compromisso é com a história escrita pelos historiadores e ensinada pelos professores de História nas escolas que, independentemente da especificidade de cada uma, se sustentam na pretensão de dizer algo verdadeiro sobre o passado. Para tanto, a pesquisa histórica se vale de um método próprio e singular que a difere tanto de outras Ciências Humanas, quanto de outros discursos que se arrogam o papel de escrever e produzir leituras sobre o passado.

entrar mesmo no processo de significação do texto. Quem lê um texto histórico interpreta e multiplica acontecimentos, entra num jogo de criação e reprodução de representações que as sociedades criam sobre si mesmas e sobre seu passado, suspendendo a imposição de sentido do autor. Um texto didático de História é um campo aberto de significações, ele não estabelece as representações por si só, pois depende do contexto sócio-cultual no interior do qual é lido, depende ainda dos afetos que um texto sempre é capaz de produzir em diferentes indivíduos situados em contextos diversos e singulares.

Compreendemos que o papel da aula de História é levar os alunos a ter uma posição ativa nos processos de criação de modos de ler o passado. Isso significa sugerir duas tarefas à aula de História: desenvolver no estudante do Ensino Médio a compreensão das posições sociais, a partir das quais diversas formas de narrativas sobre o passado são produzidas, diferenciando e especificando cada uma delas; levar o estudante a reconhecer, no âmbito dessas narrativas, a escrita da História, sua importância e o seu papel social, bem como, suas diferenças em relação às outras formas de escrever e ler o passado. Nesse sentido, a leitura torna-se elemento essencial da aula de História. Os estudantes precisam ler documentos, imagens, símbolos e textos.

É dessa maneira que o estudante irá realizar a distinção entre o texto histórico e as representações que ele produz e uma outra gama de representações sobre o passado, que são construída no âmbito do social, através da memória coletiva, da mídia, do cinema, etc.

Propomos, então, que a leitura de documentos, imagens, símbolos e textos escritos é uma tarefa fundamental da atividade pedagógica em História, afirmamos, ao mesmo tempo, que eserever na escola significa exercitar o processo representacional a partir de conceitos singulares, significa permitir ao estudante inserir-se em formas de escrever e de ler, diferenciadas daquilo que ele tem disponível no seu senso comum. Escrever em História é permitir ao estudante desenvolver autonomia intelectual, desenredando-se do conjunto de representações que ele incorpora na sua vida diária e que lhe permite uma leitura pouco refinada do seu passado e do seu presente. Após a leitura do documento é preciso ensejar ao estudante a prática da escrita, o ensaio da pesquisa, ou seja, permitir que ele experiencie o modo como os historiadores constroem, metodologicamente, suas narrativas. Isso quer dizer que quem ensina História ensina um método, um jeito de olhar para a História e para a realidade do presente, não simplesmente um conjunto de informações.

Incentivar as práticas da leitura e da escrita nas salas de aula de História consiste em levar os estudantes do Ensino Médio a escreverem a partir de princípios e de conceitos e, portanto, a elaborarem leituras do mundo, de modo que isso lhes possibilite uma compreensão do passado e do presente, dos discursos que se produzem sobre o passado e sobre o presente. A escrita na aula de História permite também articular leitura com identidade, História e memória, e muito especialmente com o tema da experiência, pessoal e social (Seffner, 1998), permitindo ao aluno uma compreensão crítica da rede de relações onde está inserido.

Leitura, escrita e oralidade na aula de História do Ensino Médio

Enfocamos aqui, mais de perto, o seguinte conjunto de questões: o que se deve ler na disciplina de História no Ensino Médio? O que se faz com o que foi lido? Com quem e como se discutem as leituras feitas? O que se escreve na disciplina de História durante o Ensino Médio? E porque se escreve? E para quem se escreve? Quem lê o que o aluno escreveu? Enfim, o que é específico, particular, adequado, original e próprio da leitura e da escrita na disciplina de História no Ensino Médio?

A leitura e a escrita da História são práticas culturais de alta relevância no contexto das sociedades ocidentais. Elas encontraram no âmbito das universidades e nas escolas destinadas à formação das novas gerações, o *locus*, por excelência, da sua efetivação. Mas, há longo tempo, as práticas da leitura e da escrita têm ultrapassado as fronteiras das salas de aula e se inserido em espaços pouco acadêmicos. Isso se torna bastante evidente quando se trata de ler e escrever em História. Na atualidade, observamos que a leitura e a escrita do passado parecem ter invadido as ruas, se insinuado nas casas, transitado pelas praças e estabelecido morada nas mídias das mais variadas formas. Entretanto, no interior da sala de aula elas parecem práticas obsoletas e desprovidas de sentido para as vidas vividas dos estudantes.

Nossa proposta não é de desconsiderar os espaços por onde, hoje, se contam e se escrevem histórias, mas reafirmar o papel da sala de aula de História como um campo de práticas sociais de toda a ordem, sobretudo como espaço de leitura da realidade histórica e de ensaio de escrita do passado. Essa preocupação é o objeto mesmo deste texto, pois que ele se propõe a exortar os professores de História da escola

básica a constituir o compromisso do incentivo da leitura, da escrita e da argumentação oral em suas salas de aula. Esse papel do docente de História se mostra bastante importante, principalmente numa época na qual os meios eletrônicos, como ferramentas para ler e para escrever História, oferecem novas formas de os agentes se relacionarem com o texto. Pensamos que, em função disso, o papel do professor de História se redobra em importância, na medida em que a leitura e a escrita da História implicam, invariavelmente, uma compreensão da totalidade de um texto, das etapas da construção de um argumento, e isso exige a leitura de uma obra do início ao fim.

Nos perguntamos como levar a cabo o projeto do desenvolvimento das práticas de leitura, de escrita e de oralidade nas salas de aula de História, considerando uma série importante de variáveis, tais como, a falta do hábito da leitura e da escrita por parte dos alunos, sobretudo no que concerne à produção de textos argumentativos, ou mesmo, de elaboração de argumentos na forma oral; o precário acesso a bibliotecas, tanto em casa, quanto na escola; a invasão dos livros didáticos que se apresentam como os únicos veículos de leitura possíveis na História que se ensina nas escolas, além de praticamente dispensar a prática da escrita e da elaboração do argumento oral; a disseminação indiscriminada de uma literatura pretensamente histórica que elabora discursos sobre o passado e que ensina História sem qualquer compromisso com o rigor dos conceitos ou com a atitude intelectual.

O professor de História é um sujeito que acumula erudição, ele se envolve na interpretação e na transmissão da cultura, e isso exige um professor que disponha de uma determinada quantidade de conhecimentos, que não é medida pela extensão, mas pela qualidade das conexões que possibilita. Em outras palavras, o professor de História competente é aquele que lê periodicamente muitos e diferentes tipos de materiais: revistas de História, romances, jornais, matérias disponíveis no ambiente virtual, livros de História, boletins, etc.

A oralidade, considerada como forma de publicar através da fala um argumento, se revela como uma prática indispensável da aula de História. No Ensino Médio, o estudante insere-se em todo um conjunto de interações sociais, tais como participações em grêmios estudantis, associações profissionais, que lhe exigem a oralidade, no sentido de saber expressar um argumento oralmente e, ao mesmo tempo, de desenvolver a capacidade de compreender o que se diz acerca das coisas da sua realidade.

Um modo de responder aos problemas que dificultam um projeto de leitura, escrita e oralidade, é considerar a sala de aula de História como o lugar onde é possível o debate conceitual sobre os acontecimentos históricos do passado e do presente. Adotar isso como premissa é um passo importante, e seguem então duas sugestões de atividades de leitura e escrita, contemplando alguns dos elementos discutidos ao longo do texto.

Atividade I

Organize os alunos em duplas. Metade das duplas realiza a tarefa A, enquanto a outra metade realiza a tarefa B. Determine um tempo para a realização das tarefas. Ao final, troque os documentos entre as duplas, de forma que cada dupla que redigiu o documento da tarefa A leia agora um documento produzido pela dupla que realizou a tarefa B. Conclua com um debate sobre os documentos.

Tarefa A) Escreva um manifesto, um texto em que você defende suas posições contra algo que não considera correto, expondo o que você pensa que não está funcionando bem na sociedade brasileira. É necessário que o texto seja argumentativo, e que se articule a partir dos seguintes itens: descreva claramente a situação que você considera que está errada; aponte quem você considera que são os culpados, e por quê; mostre quem está se beneficiando com a situação (pode ser que não sejam apenas os culpados que se beneficiem desta situação); enumere quem está sendo prejudicado com esta situação que você considera que está errada, deixando claro quem são os mais prejudicados e quem são os menos prejudicados; explicite o que você faria para melhorar a situação, listando as medidas que devem ser tomadas; conclame os seus amigos e colegas a se engajar numa luta para resolver esta situação que você considera que está errada. O desenvolvimento de toda a argumentação deve utilizar os conceitos vistos em aula sobre liberalismo político. Alguns exemplos de conceitos que devem figurar no texto: liberalismo, liberdade de consciência, liberdade de crença religiosa, liberdades individuais, liberdade de mercado, e outros estudados em aula.

Tarefa B) Escreva um manifesto, um texto em que você defende suas posições contra algo que não considera correto, expondo o que você pensa que não está funcionando bem na sociedade brasileira. É necessário que o texto seja argumentativo, e que se articule a partir dos seguintes itens: descreva claramente a situação que você considera que está errada; aponte

quem você considera que são os culpados, e por quê; mostre quem está se beneficiando com a situação (pode ser que não sejam apenas os culpados que se beneficiem desta situação); enumere quem está sendo prejudicado com esta situação que você considera que está errada, deixando claro quem são os mais prejudicados e quem são os menos prejudicados; explicite o que você faria para melhorar a situação, listando as medidas que devem ser tomadas; conclame os seus amigos e colegas a se engajar numa luta para resolver esta situação que você considera que está errada. O desenvolvimento de toda a argumentação deve utilizar os conceitos vistos em aula sobre o socialismo. Conceitos que devem figurar no texto: socialismo, luta de classes, classe social, mais valia, burgueses e proletários, igualdade econômica, e outros estudados em aula.

Atividade II

Após o estudo dos principais elementos históricos da Segunda Guerra Mundial, em particular da participação brasileira na luta em solo europeu, organize a atividade a seguir: Você é um soldado brasileiro na Itália (homem ou mulher) e escreve uma carta para o Brasil. A carta pode ser para a família, para um amigo, para o próprio presidente Getúlio Vargas, para quem você quiser. O conteúdo da carta deve ser restrito aos eventos relativos à Segunda Guerra. Use sua criatividade para reclamar, expressar saudades ou indignação, pedir socorro, elogiar o Brasil, descrever a vida cotidiana na guerra, expressar medo, ansiedade, alegria, enfim, a liberdade é toda sua. Você pode ser um aviador, uma enfermeira, um soldado de infantaria ou artilharia, um oficial, etc.

Dois terços dos alunos se colocam nesta posição de soldados brasileiros, homens e mulheres, nesse momento lutando na Itália. Enquanto isso, o professor reúne-se fora da sala de aula com o outro um terço de alunos, e explica a eles que sua tarefa é ler as cartas dos seus colegas, exercendo o papel de censores, a serviço do Governo de Getúlio Vargas. Cada aluno recebe então uma folha com instruções básicas para a atividade de censor, e se discutem que idéias devem ser censuradas, tendo em vista o ideário político do Estado Novo. Os censores devem sublinhar os trechos que consideram "não apropriados", fazendo os comentários acerca do porque estes trechos foram censurados. O resultado dessa atividade será debatido em aula, quando se faz então o balanço em conjunto daquilo que foi censurado e o porquê disso. Damos abaixo alguns exemplos de cartas escritas por alunos.

Carta 1

Ravena, 14 de abril de 1945. Querida Laura: os dias estão cada vez mais sombrios, sinto sua falta meu amor. O frio me faz pensar mais em você. Não sei se quando você ler esta carta ainda estarei vivo. Como andam as coisas aí? O "Pai" do Brasil também extermina os filhos aí? Estou ouvindo tiros. Laura, por favor, não deixe de lutar pelo nosso país. O "Pai" não pode deixar que amores como o nosso se acabem. Beijos. Carlos Alberto.

Carta 2

Itália, 3 de fevereiro de 1945. Querida Amélia: sinto falta dos teus abraços e do teu café forte. Sinto falta do calor do Brasil. De tudo enfim. Aqui não temos comida, dormimos ao relento, na lama e com frio. Hoje estamos no norte da Itália. Todo dia perdemos amigos. Pela fome, pelos atentados. Estou ingerindo muita vitamina S de sujeira. Maldito seja Getúlio, que nos mandou para cá. A única coisa que nos faz continuarmos aqui é saber que no Brasil continuam nossas famílias, esperando pela nossa volta. Saiba que amo todos vocês. Temo não poder ver Eduardinho e Sofia crescerem. Se caso não volte, diga a eles que o pai nunca apoiou a guerra. E que todos, todos os grandes ditadores devem queimar vivos em fogueiras. E que suas cinzas sirvam para adubos de comidas de porcos! Do saudoso Eduardo.

Carta 3

Diego. Venho com esta carta comunicar que, embora as condições precárias, eu estou muito bem por defender minha pátria. Escrevo para dizer-lhe que te amo e que não importa o que aconteça comigo eu estarei feliz, pois essa foi a minha escolha. Que sempre estarei honrando com os valores que me foram passados e em nenhum momento esquecerei de vocês. De onde eu estiver estarei protegendo vocês dos nazistas. Abraços com carinho e saudades, da Luciene.

Carta 4

De soldado Douglas para Viviane. Estou na Sicília. Estive lutando seguido durante três dias. Não matei ainda ninguém, pois a minha arma emperrou, e eu não consegui consertar. Os italianos lutam bem, muito melhor que nós, pois foram bem treinados, e tem armas modernas. Estamos

morrendo de frio e de fome. Não sei de quem foi à idéia dessa guerra, mas estamos aqui tomando chumbo dos italianos e alemães. Eu juro que vou trazer quem colocou a gente nessa guerra estúpida e vou jogá-lo nesse frio só de cuecas. Tivemos algumas conquistas inúteis com muito custo, e os melhores amigos que eu já tive estão mortos, e eu não sei se vou voltar.

Considerações finais

Retomamos aqui o ponto que julgamos essencial: o ensino de História não tem por função formar historiadores em miniatura, seu compromisso maior não é com o ensino de uma cronologia interminável. Seu compromisso maior é com a problematização do presente dos alunos, e para isso nos ajuda Hobsbawm quando afirma que "ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana." (HOBSBAWM, 1998, p. 22) Em nosso entender, esse "situar-se" frente aos desafios do presente só pode ser conseguido com o exercício da leitura e da escrita, aliadas ao debate argumentado de pontos de vista, atividades que devem compor a espinha dorsal dos programas de ensino de História no Ensino Médio.

Referências

HENRIQUES, R.; BRANDT, M.E.A.; JUNQUEIRA, R.D. & CHAMUSCA, A. *Gênero e diversidade sexual na escola:* reconhecer diferenças e superar preconceitos. MEC, Brasília, 2007 (Cadernos SECAD).

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História:* ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão.. [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p.29.

SEFFNER, Fernando. Leitura e escrita na História. In.: NEVES, I.C.B. et. al. *Ler e escrever compromisso de todas as áreas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998 p.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a História*; Foucault revoluciona a História. Tradução Alda Baltar e Maria Alxiliadora Kneipp. 3a ed. Brasília: Editora da Universidade, 1995.

Agradecimentos

Agradecemos aos acadêmicos de História da UFRGS Caio Luciano Balbinot, Marcos Schulz e Pedro Telles da Silveira pela proposição das atividades, e a todos os nossos estagiários e estagiárias das disciplinas de estágio docente em História, pelo empenho em produzir aprendizagens significativas junto a seus alunos.